

Ação moralizante vai ter prioridade

A permissão para a escuta telefônica na apuração de crimes contra a ordem econômica, financeira e tributária e a concessão ao Judiciário de um percentual fixo no Orçamento da União são alguns dos temas constantes de projetos de leis listados para serem votados ainda este ano no Congresso. A relação faz parte de um esforço conjunto dos poderes da República para combater a impunidade.

O compromisso foi assumido pela comissão de alto nível, formada pelos presidentes do Congresso, Humberto Lucena, e da Câmara, Inocêncio Oliveira. Para agilizar a tramitação, os parlamentares já definiram que as matérias referentes à reforma do processo penal terão urgência urgentíssima, quando chegarão ao Legislativo, depois de aprovadas no Ministério da Justiça.

Entre os projetos em andamento no Congresso referentes ao assunto está a participação efetiva do Judiciário na formulação do orçamento da União. No atual orçamento, o Judiciário não tem condições de preencher as 2.500 vagas existentes de juízes nem de honrar os 150 mil mandados de prisão sem cumprimento, por falta de recursos para construir ou reformar presídios. (S.B.)